

## PRECATÓRIOS

## Lira quer fatiamento da PEC

Presidente da Câmara diz que vai propor ao Congresso a promulgação parcial da proposta aprovada pelo Senado

» JORGE VASCONCELLOS  
» CRISTIANE NOBERTO  
» RAPHAEL FELICE

Após a aprovação da PEC dos Precatórios no Senado, ontem, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), detalhou como será a nova tramitação da matéria entre os deputados. Ele afirmou que os pontos do texto que forem consenso nas duas Casas poderão ser desmembrados e promulgados ainda neste mês pelo Congresso. As demais partes, explicou, deverão tramitar normalmente pelas comissões antes de irem ao plenário da Câmara.

A PEC dos Precatórios é a aposta do governo para viabilizar o Auxílio Brasil de R\$ 400, em substituição ao Bolsa Família. Segundo estimativas do Ministério da Economia, a proposta poderá abrir um espaço fiscal de R\$ 106 bilhões no Orçamento de 2022. Para isso, o texto muda o cálculo do teto de gastos e adia o pagamento de parte dos R\$ 89 bilhões que estão previstos para serem quitados no ano que vem na forma de precatórios — dívidas da União reconhecidas pela Justiça.

A PEC foi aprovada, ontem, em dois turnos no Senado, com placares folgados. No primeiro, foram 64 votos a 13; no segundo, 60 a 10. Esse resultado foi alcançado depois que o relator da proposta, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), líder do governo na Casa, promoveu alterações no parecer, a pedido de vários partidos.

Em uma das mudanças, o relator deu caráter permanente ao Auxílio Brasil, que tinha vigência apenas até dezembro de 2022, conforme previa o texto originalmente aprovado pela Câmara. Bezerra também concordou em vincular todo o espaço fiscal aberto pela PEC ao pagamento do novo programa e das despesas da Seguridade Social — Saúde, Previdência Social e assistência

Waldemir Barreto/Agência Senado



Com modificações, a PEC dos Precatórios passou com folga, ontem, pela rodada dupla de votação no Senado

social. Entre outras mudanças, o senador antecipou, de 2036 para 2026, a revisão do subteto para pagamento de precatórios. Em razão dessas alterações, a matéria retorna para nova análise da Câmara.

## Comissões

Lira comentou sobre os próximos passos da tramitação da PEC. “Qualquer alteração muito substancial, nós não temos a condição legislativa de trazer para o plenário. Então, vamos ver o texto comum das duas Casas. Esse texto comum deve ser promulgado pelas duas Mesas, e o que sobrar terá de ir para a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), terá de ter admissibilidade,

ir para a comissão especial para voltar ao plenário por duas votações”, listou. Ele acrescentou não crer “que, este ano, o que não for comum possa ser votado”.

O deputado assegurou “o máximo esforço para que o texto comum das duas Casas seja promulgado o mais rapidamente possível, para permitir que mais de 20 milhões de famílias brasileiras recebam o auxílio, para permitir que o orçamento do governo federal não seja totalmente utilizado pelos precatórios no ano de 2022”.

O presidente da Câmara ressaltou ser comum o desmembramento de propostas de emenda à Constituição. “É muito normal, já aconteceu diversas vezes, que textos comuns entre as duas

Casas possam ser, logicamente, promulgados, e o que não for possível nem entendido como emenda de redação tem de ter uma avaliação. O fato de aprovar ou não é uma questão superveniente”, declarou.

Ele assegurou, ainda, que não há qualquer tipo de supremacia entre as duas Casas do Congresso. “Nós deixamos o Senado legislar, como é regimental, e vamos agora fazer o máximo de esforço possível para conhecer quais são as alterações — porque, definitivamente, nós não conhecemos — para analisarmos juntos”, frisou Lira, que ontem tinha agendada uma reunião sobre o assunto com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).



Qualquer alteração muito substancial, nós não temos a condição legislativa de trazer para o plenário. Então, vamos ver o texto comum das duas Casas”

Arthur Lira (PP-AL),  
presidente da Câmara

## Presidente agradece ao Congresso

O presidente Jair Bolsonaro comemorou a aprovação no Senado da PEC dos Precatórios, que abre espaço fiscal para viabilizar o pagamento de R\$ 400 do Auxílio Brasil em 2022, ano eleitoral. “Ganha o Brasil”, disse o chefe do Executivo, ontem, durante a solenidade de lançamento do Auxílio-Gás e do Alimenta Brasil.

Bolsonaro agradeceu aos parlamentares que votaram favoravelmente à proposta e voltou a dizer que a PEC não representa um calote no pagamento de precatórios.

Ele ainda fez um novo aceno a deputados e senadores ao dizer que a opinião e o voto deles são invioláveis. “Isso é sagrado. Não podemos admitir que essa liberdade de expressão para defender qualquer coisa seja violada”, afirmou.

Quem também comentou foi o ministro da Economia, Paulo Guedes. Ele disse que gostava mais da versão inicial da PEC,

## Benefícios para baixa renda

O Auxílio-Gás vai subsidiar a compra de botijões por famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Os beneficiários receberão, a cada bimestre, o valor correspondente a uma parcela de, no mínimo, 50% da média do preço nacional de referência do botijão de 13kg do gás de cozinha. De acordo com a lei do programa, o auxílio será concedido, preferencialmente, às famílias com mulheres vítimas de violência doméstica que estejam sob o monitoramento de medidas protetivas de urgência. Já o Alimenta Brasil regulamenta a compra de alimentos de produtores rurais familiares, extrativistas, pescadores artesanais, povos indígenas e outras populações tradicionais.

mas admitiu que do jeito que ela foi aprovada acabou se tornando um mal menor.

Guedes afirmou que acabou seguindo as vias do Legislativo, mas que gostava mais da versão desenhada pelos ministros Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), Bruno Dantas,

do Tribunal de Contas da União (TCU). “Eu confesso que gostava mais da versão inicial, que foi feita sob a inspiração do ministro Gilmar Mendes e do Bruno Dantas, mas a coisa entrou pelo Legislativo. Mexe aqui, mexe ali, mas eu diria que acabou sendo um mal menor”, resignou-se.

Alan Santos/PR



O presidente Bolsonaro em solenidade no Planalto: com a aprovação da PEC, “ganha o Brasil”

Para o ministro, a PEC, na verdade, reconhece o mérito das decisões judiciais. “Ela não ousa questionar isso, mas pede, apenas, que se respeite a nossa capacidade de pagamento para não inviabilizar a República”, comentou. “Da mesma maneira que estados e municípios tiveram uma

limitação para pagamento anual deles, nós tínhamos também, mas abrimos uma alternativa. Quer dizer: tudo que exceder o teto pode ser imediatamente transformado em poder liberatório para privatizações, investimentos, concessões e compras de participação do governo.”

Na opinião dele, é importante um poder liberatório instantâneo, pelo menos, para haver opções voltadas a quem não pode esperar os grandes precatórios, já que os pequenos serão todos pagos. “A gente calcula que, até R\$ 600 mil, todos serão pagos”, disse.

Entrada de Ambulância

# 1.400 OBRAS NO DF

Nova UPA do Paranoá

SESA